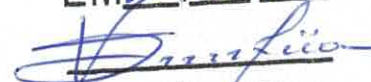


EM 20/12/2021



Assinatura

Vilmar Francisco da Silva

Secretário Municipal de Administração
Decreto Nº 010/2021

LEI Nº 329/2021

DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021.

**“ESTIMA A RECEITA E FIXA
A DESPESA DO MUNICÍPIO DE
RIO SONO, ESTABELECENDO
O PROGRAMA PARA O
EXERCÍCIO DE 2022”.**

O Prefeito Municipal de Rio Sono - TO, no uso de suas atribuições legais, encaminha para apreciação do Poder Legislativo o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento Geral do Município de Rio Sono - TO, para o exercício financeiro de 2022, que estima a Receita e fixa a Despesa em **R\$ 26.400.000,00 (Vinte e Seis Milhões Quatrocentos Mil de Reais)** discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, convênios, rendas e outras receitas de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes no Anexo II, da Lei 4.320/64, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITAS CORRENTES	22.624.000,00
RECEITA TRIBUTARIA	2.186.900,00
RECEITA PATRIMONIAL	117.300,00
RECEITA DE SERVICOS	1.000,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	20.318.800,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.776.000,00
ALIENACAO DE BENS	100.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	3.676.000,00
TOTAL DA RECEITA	26.400.000,00

Art. 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos anexos que compõem esta Lei, e conforme desdobramento no quadro abaixo:



UNIDADE	VALOR (R\$)
CÂMARA MUNICIPAL	1.020.000,00
GABINETE DO PREFEITO	690.000,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.346.000,00
SECRETARIA DE FINANÇAS	1.237.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER	1.835.000,00
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA	55.000,0
SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PRODUÇÃO	1.278.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS	3.592.000,00
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO	76.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	5.903.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.270.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	7.047.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	998.000,00
FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	53.000,00
TOTAL DA DESPESA	26.400.000,00

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder executivo Municipal, autorizado a:

§ 1º – transpor, remanejar ou transferir recursos, de uma categoria de programação para outra, de órgão para outro ou de uma unidade para outra. Observando os limites estabelecidos nesta Lei;

§ 2º – abrir créditos suplementares, com a finalidade de atender às insuficiências nas dotações orçamentárias, até o limite de 70% (setenta a por cento) da receita orçamentária autorizada nesta Lei, devidamente autorizada, mediante a utilização dos seguintes recursos:

- a) do excesso de arrecadação, nos termos do Art. 43, § 1º, inciso II., da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;
- b) da anulação de dotações orçamentárias;
- c) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior;
- d) do produto de operações de crédito internas e externas.

§ 3º – realizar operações de crédito, por antecipação de receitas até o limite de 20% (vinte por cento) da receita estimada nesta lei;

§ 4º – a realizar durante o exercício as adequações previstas na Lei 101/2000.

§ 5º – Ficam excluídos dos limites fixados no § 2º deste artigo, os créditos adicionais suplementares destinados no atendimento de despesas dos seguintes grupos:

- a – pessoal e encargos pessoais;
- b – cumprimento de sentenças judiciais;
- c – serviços da dívida pública, e




- d – despesas de exercícios anteriores;
- II – destinados a suprir insuficiências no atendimento de despesas das funções:
 - a – Assistência,
 - b – Previdência, e
 - c – os relacionados à manutenção e desenvolvimento do ensino e as ações e serviços públicos de saúde, a fim de cumprir os artigos 198 e 212 da Constituição Federal;
- III – Abertos com Recursos da Reserva de Contingência.

Art. 5º - Fica assegurado o repasse de recursos ao Poder Legislativo de 7% (sete por cento), nos termos do art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 6º - Os valores constantes desta Lei expressam preços de agosto do corrente ano e serão corrigidos de acordo com IGPM – Índice Geral de Preços, estabelecidos na LDO.

Art. 7º - A programação e execução orçamentária e financeira dos poderes legislativo e executivo do município serão operacionalizados por sistema de informações contábeis próprio.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar mediante decreto, a partir da sanção da presente lei, o detalhamento do orçamento, podendo ainda no decorrer do exercício efetuar a inclusão e/ou exclusão de elementos de despesas, para a execução do presente orçamento, nos projetos e atividades dos programas consignados no orçamento.

Art. 9º - O Poder Executivo Municipal poderá no exercício de 2022, abrir Crédito Adicionais Especiais para dar cumprimento a quaisquer convênios e/ou contratos de repasses firmados com a União, os Estados e Municípios, ou ainda acrescentando o valor conveniado tanto a receita orçada quanto a despesa autorizada.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Sono – TO, aos 20 dias mês Dezembro de 2021.


ITAIR GOMES MARTINS

Prefeito Municipal


VALDEIA MARTINS RODRIGUES
Secretária de Finanças